

Entre plasmódios e espiroquetas – A aplicação da malarioterapia no Hospício Nacional de Alienados e no Hospital Gaffrée e Guinle (1926-1943)

GIULIA ENGEL ACCORSI*

O objeto de estudo do presente trabalho, sobre o qual também desenvolvo a minha dissertação de mestrado, consiste na aplicação da técnica denominada malarioterapia no Hospício Nacional de Alienados (HNA) e no Hospital da Fundação Gaffré e Guinle. O período estudado vai do início da década de 1920, quando a técnica da malarioterapia começou a ser utilizada no HNA por Juliano Moreira (Roxo, 1925), até 1943, quando a fábrica-piloto do Instituto Oswaldo Cruz passou a produzir volume considerável de penicilina (Cardoso et al., 1945; Gastal et al, 1999), fazendo com que a aplicação da técnica no tratamento de doentes sífilíticos se tornasse obsoleta. Neste texto me proponho a fazer uma apresentação mais geral do tema, incluindo algumas das principais discussões que derivam dele e um panorama da trajetória de um dos maiores idealizadores da malarioterapia no Rio de Janeiro, o Dr. Waldemiro Pires.

Durante as décadas de 1920 e 1930 a comunidade médica tentava lidar com o crescente número de pacientes acometidos pela sífilis. Os esculápios classificavam a doença em diferentes estágios, sendo o último e mais grave a paralisia geral progressiva ou PGP. A partir dele as faculdades psicomotoras do doente começavam a ser progressivamente prejudicadas. A PGP resultava, em grande parte dos casos, no óbito, já que seu percentual de cura era muito pequeno (Pacheco e Silva, 1933) e as técnicas, até então disponíveis, pouquíssimo promissoras (Pires, 1926).

Ao longo da história, a malária se mostrou benéfica no tratamento de diversas doenças mentais e o uso de acessos febris para estes fins remontam a Hipócrates (século IV a.C.) (Pires, 1934). A malarioterapia foi criada, em 1917, pelo médico austríaco Julius Wagner von Jauregg. A técnica consistia na inoculação de sangue contendo um dos agentes etiológicos da malária, o protozoário da espécie *Plasmodium vivax*, em doentes portadores da paralisia geral, na tentativa de curá-la, através dos acessos febris gerados pela infecção palúdica. Wagner von Jauregg iniciou seus experimentos com a malária na Clínica de Psiquiatria e Doenças Mentais de Viena, dirigida por ele. Nove pacientes, entre casos avançados e recentes de paralisia geral, foram inoculados, sendo os resultados do tratamento nos casos recentes totalmente favoráveis.

Desde então, a malarioterapia passou a ser sistematicamente aplicada em paráliticos gerais internados na clínica de Viena, sob a supervisão de Wagner von Jauregg (Pires, 1934). Em 1927, a técnica rendeu ao seu descobridor o Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina (Tarelow, 2009).

Como qualquer novo tratamento promissor, a malarioterapia passou a ser divulgada, estudada e aprimorada. O *Plasmodium vivax* era considerado a melhor espécie para a execução do tratamento, porque preenchia dois importantes requisitos. Primeiro que esta é a espécie responsável pela transmissão da malária benigna (ou crônica), a qual, os médicos acreditavam, não colocaria a vida dos pacientes em risco. Segundo que a forma branda da malária poderia ser controlada com a administração do quinino, após um determinado número de acessos febris (Pires, 1934).

Estudos históricos sobre a aplicação da malarioterapia demonstram que esta foi amplamente utilizada em países como, por exemplo, a Itália (Bonfigli et al., 1998; Corbellini, 2000). No Brasil, alguns estudos – poucos – mostram que a malarioterapia fez parte do quadro de tratamentos empregados no Hospício do Juquery, em São Paulo (Tarelow, 2009; Pereira, 2002), no Hospício de São Pedro, em Porto Alegre (Kirschbaum, 1994; Cheuiche, 2010; Mattos & Cury, 2010) e no Hospital de Alienados, em Recife (Padovan, 2010). No Rio de Janeiro, a malarioterapia começou a ser aplicada no início da década de 1920 no Hospício Nacional de Alienados (Roxo, 1925) e a partir de 1929, no Hospital Gaffrée e Guinle (Pires & Costa, 1929).

O Hospício Nacional de Alienados foi criado como Hospício de Pedro II por um decreto imperial em 1841 e inaugurado quase dez anos depois, no final de 1852, em meio ao processo de “medicalização da loucura” (Engel, 2001). O principal objetivo da instituição era recolher os “loucos” que ficavam pelas ruas da corte que, sob o olhar dos médicos e alienistas, passaram a representar uma ameaça a si mesmos e à ordem vigente (Engel, 2001). Proclamada a República, o antigo Hospício de Pedro II (HP II) passou a ser designado Hospício Nacional de Alienados e foi quase que imediatamente desanexado da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (Engel, 2001).

Em seu manual publicado em 1925, Henrique Roxo escreve que Juliano Moreira já utilizava a técnica da malarioterapia no HNA. O Decreto nº 17.805, de 23 de maio de 1927, que cria a Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal não faz referência à existência de um Pavilhão especificamente destinado ao tratamento da neurosífilis, mas apenas à presença de um dermatosifilógrafo da Assistência ao qual caberia, de acordo com o art. 66: “1º Tratar de todos os casos dermatológicos que vierem ao Hospital; 2º Tratar dos casos de syphilis que lhe

forem enviados pelos outros médicos da Assistência; 3º Manter um ambulatório e dispensário para os casos de syphilis que vierem a consulta no Hospital e com o fim especial de prevenir os accidentes de neurosyphilis”. É bastante possível que os tratamentos com a malarioterapia, aos quais o Dr. Roxo se refere, estivessem sendo realizados no ambulatório ou no dispensário até a criação do Instituto de Neurosífilis em 1937, pela Lei nº 378 (13 de janeiro), que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde, ao qual pertencia a Assistência aos Psicopatas. Em 1944, o Instituto de Neurosífilis se transformaria em Hospital de Neurosífilis (Facchinetti, 2010; Carrara & Carvalho, 2010).

O projeto de criação de um hospital destinado ao tratamento da sífilis e de outras doenças venéreas surgiu nos anos 1920, em um contexto profundamente marcado pela difusão do movimento sanitário – institucionalizado com a criação da Liga Pró Saneamento do Brasil, em 1918 – que reivindicava uma atuação mais efetiva do Estado brasileiro no combate às doenças que afetavam a população do país – entre as quais a sífilis – que representavam uma ameaça à construção da nova imagem do Brasil como um país moderno, desenvolvido e sadio (Sanglard, 2007). A partir de uma parceria entre o Departamento Nacional de Saúde (DNSP), cujo chefe era Carlos Chagas, e o empresário Guilherme Guinle criou-se então, em 1923, a Fundação Gaffrée e Guinle, cujo objetivo central foi cumprido com a construção do Hospital Gaffrée e Guinle. Inaugurado em 1929, o estabelecimento foi projetado para internar 320 pessoas e contava com atendimento ambulatorial em diversas especialidades médicas (Sanglard, 2007). O terreno do hospital também abrigava um instituto de pesquisa, igualmente financiado pela Fundação Gaffrée e Guinle (Sanglard, 2007).

Alguns psiquiatras, como o anteriormente citado doutor Waldemiro Pires (HNA e HGG) e os doutores Henrique Roxo (HNA), Zacheu Esmeraldo (HNA), Cunha Lopes (HNA), Waldemar de Almeida (HNA), publicaram diversos trabalhos sobre a malarioterapia, durante a primeira metade do século XX. Muitos médicos receberam o novo tratamento com desconfiança, mas diante da crescente obtenção de resultados surpreendentes tornam-se entusiasmados com a malarioterapia, dedicando suas pesquisas a ela e, conseqüentemente, publicando muitos trabalhos acerca do assunto (Roxo, 1925; Roxo, 1946). Porém, ao que tudo indica, dentre os esculápios citados, o Dr. Waldemiro Pires foi quem mais se destacou e se dedicou ao estudo da malarioterapia na cidade do Rio de Janeiro. Com inúmeros artigos sobre o tema e um livro que discute diversos aspectos da técnica, Pires dedicou grande parte de sua carreira à técnica terapêutica que, aos seus olhos, foi “[...] uma das mais fecundas da medicina [...]” (PIRES, 1934: 11). Através dessa e de diversas outras afirmações feitas por médicos da época podemos perceber a importância que a malarioterapia teve para a psiquiatria e para a

medicina de um modo geral, caracterizando-se como um marco na história desses campos do conhecimento e contribuindo para a construção de novos paradigmas.

A partir da análise das fontes, podemos constatar que a técnica da malarioterapia não foi pura e simplesmente importada pelos psiquiatras cariocas. Não só Pires, como muitos outros médicos pertencentes às instituições estudadas no presente trabalho, desempenharam papéis imprescindíveis nos processos de consolidação e adaptação da técnica austríaca à realidade das instituições brasileiras, produzindo conhecimento científico específico e enriquecido com um “toque nacional”.

Os diversos sintomas da paralisia geral progressiva regrediam das mais variadas formas, com a aplicação da malarioterapia e este era um tema amplamente discutido entre a comunidade médica. Eram registrados pelos médicos diferentes níveis de melhora da PGP: havia casos que apontavam a cura de alguns doentes, a melhora de outros, aqueles que não melhoravam nem pioravam, os que pioravam com o tratamento e, por fim, os que iam a óbito (Almeida & Infante, 1926). Com o avanço das pesquisas sobre a técnica diferentes efeitos colaterais foram descritos, como por exemplo, as psicoses pós-malarioterápicas. No entanto, mesmo com os inconvenientes eventualmente ocasionados pelo tratamento, Pires acreditava que os médicos não deveriam deixar de prescrever a malarioterapia: “A despeito deste inconveniente não devemos deixar de indicar a malarioterapia nos casos de paralisia geral por ser o tratamento mais eficiente [...]” (PIRES, 1932: 257-263), opinião compartilhada por alguns de seus colegas como o Dr. Zacheu Esmeraldo (Esmeraldo, 1934).

Como grande parte dos novos tratamentos, a malarioterapia incitou certa reserva quanto à sua aplicação, sendo, a princípio, contraindicada por muitos médicos, como por exemplo, pelo Dr. Henrique Roxo (Roxo, 1925). No entanto, conforme a maioria dos resultados da terapia foi mostrando-se positiva, Roxo convenceu-se da legitimidade da técnica e confessou-se um grande admirador da mesma, aplicando-a em seus próprios pacientes (Roxo, 1946). Podemos observar que a opinião que predominava fortemente entre os médicos da época, estudiosos do tema, era a de que todos os paralíticos deveriam ser tratados pela malária, já que esta era a melhor técnica até então conhecida e disponível (Pires, 1926; Lopes, 1928).

As discussões acerca do tema são muitas e de natureza bastante variada, sendo a proposta deste trabalho uma breve apresentação das mesmas. Primeiro, pretendo entender como a malarioterapia contribuiu para legitimação de novos campos do conhecimento médico, como a psiquiatria, por exemplo, e discutir a dinâmica do intercâmbio científico entre Brasil e Alemanha/Áustria no período estudado. Tanto a criação da terapia quanto sua

aplicação e consequente aperfeiçoamento são produtos de uma produção científica coletiva – nacional e internacional – sendo possibilitados, quase que exclusivamente, devido às constantes e igualmente consistentes trocas de conhecimento entre comunidades científicas de diferentes países, como Brasil e Alemanha.

Também pretendo elucidar as contradições que envolvem a utilização de uma doença para curar outra, além de discutir o aspecto médico-legal dos paralíticos gerais malarizados e o papel da técnica na reintegração desses doentes na sociedade. Os aspectos éticos que envolvem a aplicação da malarioterapia constituem uma discussão de grande importância médica e histórica, sendo inclusive de extrema pertinência por caracterizar-se como atual, já que, a título de conclusão, proponho uma reflexão acerca das perspectivas modernas do tratamento, cuja aplicabilidade começou a ser cogitada em estudos sobre a AIDS e a doença de Lyme, nas décadas de 1990 e 2000 (Nierengarten, 2003; Chen et al., 2003), buscando assim, evidenciar a recolocação das discussões em torno do controverso método de tratamento na atualidade.

Todas as discussões citadas acima estão diretamente relacionadas a questões inerentes aos estudos sociais da ciência. Pretendo analisar a comunidade médica envolvida com o emprego e o aperfeiçoamento da malarioterapia sob a égide de um “coletivo de pensamento”, conceito concebido por Ludwick Fleck, em seu livro intitulado “Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico”. Essa comunidade, composta por intelectuais médicos pertencentes a diversas nacionalidades e atuantes em diferentes instituições, compartilhava ideias, experiências e opiniões, mantendo concepções características de um “estilo de pensamento” próprio (Fleck, 2010). Muitos deles contribuíram para a consolidação da malarioterapia como uma técnica eficaz e promissora, colaborando para a sua construção enquanto fato científico (Bloor, 2009; Fleck, 2010; Latour, 2011; Latour & Woolgar, 1997).

Bibliografia:

ALMEIDA, W. & INFANTE, O. Therapeutica da demência paralytica pela Malariotherapia. **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 3 e 4, p. 127-130, 1926.

BLOOR, D. **Conhecimento e Imaginário Social**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BONFIGLI, A., CORBELLINI, G., FANFERA, E. Note sullefonti per lostudio della malarioterapia in Italia. **Medicina Nei Secoli**, Roma, vol. 34, n. 3, p. 599-607, 1998.

CARDOSO, H. T. et al. Produção de penicilina terapêutica. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, vol. 43, n. 1, p. 161-170, 1945.

CARRARA, S.; CARVALHO, M. A sífilis e o aggiornamento do organicismo na psiquiatria brasileira: notas a uma lição do doutor Ulysses Vianna. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, p. 391-399, 2010.

CHEN, X. et al. Procedure and clinical assessments of malariotherapy: recent experience in 20 HIV patients. **Chinese Medical Journal**, Pequim, vol. 116, n. 7, p. 1016–1021, 2003.

CHEUICHE, H. M. Hospital psiquiátrico São Pedro. **Psychiatry On Line Brasil**, vol. 15, n. 8, ago. 2010. Sessão História da Psiquiatria. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/ano10/wal0810.php>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

CORBELLINI, G. Metodo sperimentale, illusioni terapeutiche ed etica della sperimentazione umana: il caso della malarioterapia. **Nuova Civiltà delle Macchine**, vol. 8, n. 2, p. 112-127, 2000.

ENGEL, M. G. **Os Delírios da Razão**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ESMERALDO, Z. Hebefreno-catatonia em paráliticos gerais impaludados. **Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 69-82, 1934.

FACCHINETTI, C. et al. No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, p. 733-768, 2010.

FLECK, L. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

GASTAL, F. L. et al. Tratamento etiológico em psiquiatria: o modelo da neurosífilis. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, vol. 21, n. 1, p. 29-35, 1999.

KIRSCHBAUM, D. I. R. **A trajetória histórica das práticas de enfermagem no campo da assistência psiquiátrica no Brasil**. Campinas. Apresentada como tese de doutorado da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LATOUR, B & WOOLGAR, S. **A Vida de Laboratório**. Rio de Janeiro: Dumará, 1997.

LOPES, C. Efficiencia da therapeutica da paralysis geral (Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal). **Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, p. 109, 1928.

MATOS, S. G.; CURY, J. A. A malarioterapia no tratamento da neurosífilis. In: SCHWARTSMANN, L. B., GUILHERMANO, L. G., SERRES, J. C. P, LOPES, M. H. I. (Org.). **Páginas da História da Medicina**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, p. 151-160.

NIERENGARTEN, M. B. Malariotherapy to treat HIV patients?. **The Lancet Infectious Diseases**, vol. 3, n. 6, p. 321, 2003.

PACHECO E SILVA, A. C. **Neurosífilis**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

PADOVAN, Maria Concepta. A terapêutica da Malarioterapia no Hospital de Alienados de Recife (1930 – 1945). **Cadernos de História**. Recife, vol. 7, n. 7, p. 85-115, 2010.

PEREIRA, L. M. F. Os primeiros sessenta anos da terapêutica psiquiátrica no estado de São Paulo. In: ANTUNES, E. H., BARBOSA, L. H. S., PEREIRA, L. M. F. (Org.). **Psiquiatria, Loucura e Arte**. São Paulo: EdUSP, 2002, p. 33-54.

PIRES, W. Malariotherapia na paralyasia geral (Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal). **Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 3 e 4, p. 167, 1926.

PIRES, W. **Malarioterapia na Sífilis Nervosa**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

PIRES, W.; COSTA, G. M. Malarioterapia na tabes. **Arquivos da Fundação Gaffrée e Guinle**, Rio de Janeiro, vol. 2, p. 5-14, 1929.

PIRES, W. Psicoses post-malarioterapicas. **Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 257-263, 1932.

ROXO, H. **Manual de Psiquiatria**, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

ROXO, H. **Manual de Psiquiatria**, 4ª Edição, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946.

SANGLARD, G. Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol. 15, n. 2, p. 257-289, 2007.

TARELOW, G. Q. Um tratamento de choque: a aplicação da malarioterapia no Hospital do Juquery (1925 - 1940). **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, vol. 5, n. 1, p. 7-22, 2009.